

## **CPI ESCANCARA OS INTERESSES POR TRÁS DO ENDIVIDAMENTO**

Brasília, 2/12/2009

Boletim elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida - [www.divida-auditoriacidada.org.br](http://www.divida-auditoriacidada.org.br)

Na presente data, realizou-se, na Câmara dos Deputados, a 16ª reunião da CPI da Dívida Pública. A deliberação acerca da prorrogação ou não da referida CPI era o principal ponto de pauta, além dos requerimentos de informação e propostas de audiência.

A reunião contou com significativa presença de parlamentares, fruto do trabalho realizado por entidades e colaboradores da Auditoria Cidadã da Dívida, que enviaram mensagens eletrônicas e visitaram todos os gabinetes de titulares e suplentes da CPI.

Os alunos da UnB Gustavo Capela, Gabriel Santos, Laila Galvão, Mayra Cotta, Danniell Gobbi - representando o grupo "Brasil e Desenvolvimento" -, Talitha Mendonça, Guilherme Moraes-Rego e Laura Senra marcaram presença na reunião. Importantes entidades também estiveram presentes: SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Ney Robson), ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Simone Perecmanis), ANFIP - Associação Nacional dos Auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil (Assunta Bergamasco), IPEA (Guilherme Dias), Auditoria Cidadã da Dívida (Maria Lucia Fattorelli, Rodrigo Ávila, Daniele Casarin, Maria Aparecida), Daniel Bin (Professor - UnB).

O vídeo completo dessa reunião - e das anteriores - se encontra na página: <http://www2.camara.gov.br/comissoes/temporarias53/cpi/cpidivi/reunioes.html>

**Prorrogação da CPI**

Foi aprovado por unanimidade o requerimento de autoria do Presidente da CPI, Deputado Virgílio Guimarães (PT/MG), que prorroga a CPI da Dívida até março de 2010. No entanto, esse requerimento ainda terá de ser aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

O Deputado Hugo Leal (PSC/RJ) sugeriu que a CPI recomendasse a criação de uma Comissão permanente sobre a Dívida Pública, uma vez que o endividamento tem sido igualmente permanente. O Deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE) sugeriu que a Comissão de Finanças e Tributação tivesse uma sub-comissão relativa à Dívida Pública.

#### **PSDB não quer a revelação dos credores da dívida**

Posteriormente, foi discutido Requerimento de autoria do Deputado Ivan Valente (PSOL/SP) que solicita ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central os nomes dos credores da dívida interna.

O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) foi contrário ao Requerimento, alegando que a aprovação violaria o sigilo bancário e poderia causar desinteresse dos investidores em comprar títulos da dívida brasileira. O deputado disse expressamente que "dessa forma, eu jamais aplicaria em títulos" - aludindo a uma possível aprovação do Requerimento.

O deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE) discordou de Hauly, fazendo referência à decisão do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual não cabe sigilo bancário quando se trata de recursos públicos. Além do mais, a Constituição Federal garante o princípio da publicidade no setor público.

O Relator Pedro Novais (PMDB/MA) alegou que o Requerimento não estaria bem redigido; se utilizou de argumentos equivocados, tais como: o Requerimento não teria especificado a data da posição dos credores da dívida (sendo que tal data constava - 31 de setembro de 2009), que não haveria sentido em pedir tal informação ao Ministério da Fazenda, Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários (na realidade, são exatamente estes os órgãos que podem responder a tal questão).

O Deputado Ivan Valente (PSOL/SP) defendeu a aprovação do requerimento, esclarecendo sua importância para a CPI - cujo objeto inclui a investigação dos beneficiários do pagamento da dívida. O deputado acrescentou que, por diversas vezes, representantes do governo têm reafirmado a impossibilidade de interferir na política de endividamento interno; declaram que os credores dessa dívida compõem a classe média e uma interferência tal afetaria grande parcela do povo brasileiro.

Já não havia quórum para a votação, razão pela qual o Requerimento foi retirado de pauta.

O Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) cobrou que o governo atuasse de forma mais direta na CPI, a fim de impedir a aprovação de requerimentos que, em sua opinião, poderiam provocar instabilidade ao país. Cabe ressaltar que a ausência da base do governo na CPI foi determinante para que o requerimento não fosse votado. O deputado irritou-se com a discussão, tendo se retirado do plenário.

Esse relato é uma prova cabal de como a dívida interfere nas relações de poder. A recusa de inúmeros setores em discutir e investigar tal dívida revela, ou melhor, escancara, os interesses que estão por trás do endividamento público.

#### **Investigação da dívida antes de 1989**

Foi discutido, ainda, requerimento do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), que visa a impedir que a CPI investigue fatos anteriores a 1989 - o que garante impunidade perante a história da ditadura.

Ivan Valente (PSOL/SP) foi contrário ao requerimento do deputado Hauly, o que impediu a sua votação. O PSDB, em retaliação, se recusou a aprovar os demais requerimentos do Dep. Ivan Valente, fato que já havia ocorrido na sessão anterior.

Como a base do governo não se encontrava presente, os requerimentos foram retirados de pauta.

A pergunta permanece viva: porque temer a investigação? Porque colocar uma pedra sobre o período ditatorial, que gerou, em grande medida, a dívida atual? Porque a omissão da base do governo?

Os fatos nos mostram que, contrariamente ao discurso oficial, a dívida é sim um problema sério para o país, e deve ser investigada com rigor e transparência por uma auditoria integral.

### **Sub-relatorias**

O Relator Pedro Novais (PMDB/MA) apresentou seu pedido de criação de sub-relatorias - já explicitado em reunião anterior ([ver Boletim nº 15](#)). Todos os sub-relatores indicados fazem parte da base de apoio do governo.

Pedro Novais alegou ter consultado previamente os membros da CPI para tomar tal decisão. A alegação foi refutada pelo deputado Paulo Rubem Santiago, que afirmou não ter sido consultado, apesar de ser autor do requerimento apresentado no início da CPI, que reivindicava a criação das referidas sub-relatorias. Santiago candidatou-se a sub-relator e, apoiado por Ivan Valente, apelou ao Presidente Virgílio Guimarães que revisse a decisão de Pedro Novais. O Presidente, no entanto, acatou a decisão do Relator.

### **Próxima reunião**

Será realizada, no dia 9 de dezembro, às 14h30min, no Plenário 11 do Corredor das Comissões, Audiência Pública com o ex-Deputado Federal Sérgio Miranda (membro do Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida) e Francisco Luiz Lopreato (Professor do Instituto de Economia da UNICAMP).